

**Portaria nº 896/PMSC de 11/10/2023.**  
**DISPENSO**, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69 e Art. 107 da CE/89, e de acordo com o Art. 15, inciso II, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 380/07, combinado com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso III, do Decreto nº 1274, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, ALFREDO REIS FERNANDES, 2º SARGENTO PM RR Mat. 912125-0, à contar de 11/10/2023.**

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 944147

**PORTARIA N. 017/DALF/PAIC, de 10 de outubro de 2023.**

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Coronel PM André Cartaxo Esmeraldo, Diretor de Apoio Logístico e Finanças, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.503, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e diante da necessidade de assegurar o contraditório e ampla defesa, previsto no art. 5º, LV da CRFB/1988:

**CONSIDERANDO** os fatos aventados no SGP-e PMSC 29164/2022, no qual aponta irregularidades contratuais, informando em tese, cometimento de inadimplência contratual pela empresa **RIO FLEX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ 31.075.213/0001-06**, no fornecimento do **CONTRATO 2021AF00013 e 2021AF00015**, provenientes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/PMSC/2021**.

**RESOLVE**, instaurar processo administrativo objetivando apurar a possível inadimplência contratual por parte da referida empresa, sendo designados como Encarregado o Capitão PM Mat. 933500-5 **THIAGO LÍVIO QUINTAIROS GALVÃO**, para apurar os fatos e as responsabilidades, exarando ao final relatório sobre o caso para análise e decisão deste Diretor. Designo ainda, o auxiliar da Seção de PAIC – Soldado PM 989829-8 Rodrigo Machado Reis Ferreira, para funcionar como Secretário/Auxiliar, podendo este intimar, notificar, requerer documentos acerca destes fatos, despachar e propor acordo nos autos, com posterior homologação pela autoridade competente.

*Documento assinado eletronicamente*  
**André Cartaxo Esmeraldo**  
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças  
Cod. Mat.: 943942

**PORTARIA Nº 021/DALF/PAIC, de 10 de outubro de 2023.**

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Coronel PM André Cartaxo Esmeraldo, Diretor de Apoio Logístico e Finanças, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.503, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e diante da necessidade de assegurar o contraditório e ampla defesa, previsto no art. 5º, LV da CRFB/1988:

**CONSIDERANDO** os fatos aventados no SGP-e PMSC 62160/2022, e demais anexos, no qual apontam irregularidades contratuais, informando em tese, cometimento de inadimplência contratual pela empresa **GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA, CNPJ 12.614.761/0001-12**, no fornecimento dos itens do **CONTRATO/AF 2022AF02; 2022AF03; 2022AF04; 2022AF05; 2022AF06; 2022AF07**, provenientes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/PMSC/2020**.

**RESOLVE**, instaurar processo administrativo objetivando apurar a possível inadimplência contratual por parte da referida empresa, sendo designados como Encarregado o Capitão PM Mat. 933500-5 **THIAGO LÍVIO QUINTAIROS GALVÃO**, para apurar os fatos e as responsabilidades, exarando ao final relatório sobre o caso para análise e decisão deste Diretor. Designo ainda, o auxiliar da Seção de PAIC – Soldado PM 989829-8 Rodrigo Machado Reis Ferreira, para funcionar como Secretário/Auxiliar, podendo este intimar, notificar, requerer documentos acerca destes fatos, despachar e propor acordo nos autos, com posterior homologação pela autoridade competente.

*Documento assinado eletronicamente*  
**André Cartaxo Esmeraldo**  
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças  
Cod. Mat.: 943943

**PORTARIA N. 022/DALF/PAIC, de 10 de outubro de 2023.**

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Coronel PM André Cartaxo Esmeraldo, Diretor de Apoio Logístico e Finanças, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.503, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e diante da necessidade de assegurar o contraditório e ampla defesa, previsto no art. 5º, LV da CRFB/1988:

**CONSIDERANDO** os fatos aventados no SGP-e PMSC 80362/2022, e demais anexos, no qual apontam irregularidades contratuais, informando em tese, cometimento de inadimplência contratual pela empresa **R. BRANDS LTDA, CNPJ 13.992.333/0001-96**, no fornecimento dos itens do **CONTRATO/AF 2022AF03; 2022AF04; 2022AF05; 2022AF06**, provenientes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 191/PMSC/2021**.

**RESOLVE**, instaurar processo administrativo objetivando apurar a possível inadimplência contratual por parte da referida empresa, sendo designados como Encarregado o Capitão PM Mat. 933500-5 **THIAGO LÍVIO QUINTAIROS GALVÃO**, para apurar os fatos e as responsabilidades, exarando ao final relatório sobre o caso para análise e decisão deste Diretor. Designo ainda, o auxiliar da Seção de PAIC – Soldado PM 989829-8 Rodrigo Machado Reis Ferreira, para funcionar como Secretário/Auxiliar, podendo este intimar, notificar, requerer documentos acerca destes fatos, despachar e propor acordo nos autos, com posterior homologação pela autoridade competente.

*Documento assinado eletronicamente*  
**André Cartaxo Esmeraldo**  
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças  
Cod. Mat.: 943945

**PORTARIA Nº 020/DALF/PAIC, de 10 de outubro de 2023.**

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Coronel PM André Cartaxo Esmeraldo, Diretor de Apoio Logístico e Finanças, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.503, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e diante da necessidade de assegurar o contraditório e ampla defesa, previsto no art. 5º, LV da CRFB/1988:

**CONSIDERANDO** os fatos aventados no SGP-e PMSC 35138/2022, no qual aponta irregularidades contratuais, informando em tese, cometimento de inadimplência contratual pela empresa **COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 29.322.621/0001-73**, no fornecimento dos itens do **CONTRATO 2022AF00001**, proveniente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/PMSC/2021**.

**RESOLVE**, instaurar processo administrativo objetivando apurar a possível inadimplência contratual por parte da referida empresa, sendo designados como Encarregado o Capitão PM Mat. 933500-5 **THIAGO LÍVIO QUINTAIROS GALVÃO**, para apurar os fatos e as responsabilidades, exarando ao final relatório sobre o caso para análise e decisão deste Diretor. Designo ainda, o auxiliar da Seção de PAIC – Soldado PM 989829-8 Rodrigo Machado Reis Ferreira, para funcionar como Secretário/Auxiliar, podendo este intimar, notificar, requerer documentos acerca destes fatos, despachar e propor acordo nos autos, com posterior homologação pela autoridade competente.

*Documento assinado eletronicamente*  
**André Cartaxo Esmeraldo**  
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças  
Cod. Mat.: 943946

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Cessão de Uso nº PMSC54288/2023. **PARTÍCIPES:** Município de Mafra e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** A Cedente fornecerá 01 veículo marca Renault Duster, ano 2017 e modelo 2018, chassi 93YHSR3JJ083152, RENAVAM nº 1141098498, placa QIU8020. **PRazo E Vigência:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 11 de outubro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Emerson Maas, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 944055

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Convênio nº PMSC61857/2023. **PARTÍCIPES:** Município de Presidente Getúlio e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRazo E Vigência:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 11 de outubro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Nelson Virtuoso, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 944037

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Cessão de Uso nº PMSC51420/2023. **PARTÍCIPES:** Município de Timbó e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** A Cedente fornecerá 01 veículo marca Fiat Toro, ano e modelo 2023, chassi 9882261VMPKF16290, RENAVAM nº 01347194263, placa RY10H12. **PRazo E Vigência:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 11 de outubro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Jorge Augusto Krüger, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 944069

Processo SGPe 33334/2022 - PAIC

**Decisão**

Trata-se de processo administrativo por possível inadimplência contratual, instaurado contra a empresa Nova Formalta Industria e Comércio de Materiais Militares Eireli. O Capitão PM Chefe da Seção de PAIC apresentou manifestação opinando pelo arquivamento dos autos. Acolho a manifestação como razão de decidir e, em consequência determino o arquivamento do presente processo.

Florianópolis, 19 de maio de 2023.

**André Cartaxo Esmeraldo**  
Coronel PM – Diretor da DALF  
Cod. Mat.: 943931

**SGPe PMSC 18501/2021 - PAIC**

**DECISÃO**

Trata-se de processo administrativo por inadimplência contratual, instaurado a partir de documentos encaminhado pelo então Chefe da Divisão de Contratos, quando a empresa requereu a prorrogação do prazo para entrega do objeto (coletores modular), bem como o reequilíbrio Econômico Financeiro. O Sr. Leonardo Nonohay, Advogado da Administração Direta, manifestou-se desfavorável ao pedido de reequilíbrio, anuindo com o pedido de prorrogação de prazo (pág. 35 e 36). Em despacho assinado pelo então Diretor da DALF – Coronel José Onildo Truppel Filho, o prazo de entrega foi prorrogado a contar de 19 de maio de 2021, por mais 60 dias.

A empresa restou notificada da decisão, ao qual foi indeferimento do pedido de reequilíbrio e deferida à prorrogação do prazo (pág. 39/43).

Inconformados com o indeferimento do pedido de reequilíbrio, a empresa apresentou reconsideração, bem como pleiteou novo requerimento de prorrogação de prazo, a contar de 20 de julho de 2021 (pág. 61 a 69).

Embasa na informação Técnica do Chefe da Seção de Contratos, o Diretor da DALF indeferiu o pedido da empresa, em decisão assinada em 19/08/2021 (pág. 128 e 129).

Devidamente intimada da decisão, por meio de Advogado constituído a empresa apresentou novo pedido de prorrogação de prazo (pág. 139 a 141).

O então Diretor da DALF manteve o indeferimento do pedido de prorrogação de prazo e determinou a abertura de processo administrativo por inadimplência contratual – PAIC (pág. 149 a 152). Instaurado o PAIC, a empresa apresentou defesa prévia, buscando a não aplicação de penalidade, posto que a inexecução do contrato foi ocasionada por motivos alheios à vontade da empresa.

Pois bem.

A Lei de Licitações e Contratos (Lei Nº 8.666/93), em seu art. 87, dispõe acerca das sanções aplicáveis, pela Administração, nos casos de inexecução total ou parcial de contratos firmados com os vencedores dos certames licitatórios. Vejamos:

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedi-

mento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º – As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º – A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.”

Conforme se depreende da análise do dispositivo supracitado, as penas elencadas nos incisos I a IV são graduais e vão desde a advertência do contratado até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sendo a “advertência” a penalidade cabível nos casos de infrações ou condutas irregulares leves; diametralmente oposta, está a “declaração de inidoneidade”, que deve ser imposta quando o contratado praticar condutas demasiadamente gravosas, tendo violado normas da Administração ou **cláusulas contratuais**.

É cediço que todos aqueles que optam por participar de licitações devem observar os preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo. **Dentre eles, destacam-se as cautelas necessárias quanto à fiabilidade dos preços ofertados nas propostas** – e ratificados após a adjudicação dos itens ao vencedor – **– bem como a certeza de que conseguirá fornecer os itens para os quais ofertou proposta, na quantidade prevista em edital, em evidente cumprimento às obrigações pactuadas.**

As consequências da inobservância dos cuidados acima especificados como ocorreram no presente caso, frustra a efetividade de todo o procedimento licitatório, desperdiçando inúmeros recursos públicos (pessoal, material e financeiro) em um processo que não alcança a finalidade perseguida. Soma-se a isso, todo o tempo decorrido no curso da licitação, que será novamente desperdido com a realização de novo processo licitatório para satisfazer a necessidade da Administração pelos produtos e/ou serviços que não foram fornecidos.

Dessa forma, a imposição de multa pecuniária, ainda que possua previsão normativa para sua aplicação como penalidade administrativa, não guarda a devida proporcionalidade com a gravidade dos fatos ocorridos. Sua aplicação, na forma isolada não alcançaria as finalidades da sanção, inerentes à sua própria natureza, quais sejam: a repressão pela violação das normas, a reparação dos danos causados e a dissuasão da prática de condutas semelhantes. Em verdade, a penalidade de multa atingiria tão somente a finalidade de reparação dos prejuízos advindos da conduta irregular, contudo, não surtiria efeitos em relação às demais finalidades da sanção. Assim, a pena de multa só se mostraria factível se cumulado com alguma das outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme permissivo instituído pelo parágrafo segundo do supracitado artigo legal.

Nesse contexto, vale destacar a lição do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles, que ao tratar das consequências da inexecução dos contratos administrativos, preleciona que a “suspensão provisória ou temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração é sanção administrativa com que se punem os contratados que culposamente prejudiquem a licitação ou a execução do contrato, embora por fatos ou atos de menor gravidade. Se o infrator age com dolo ou se a infração é grave, a sanção adequada será a declaração de inidoneidade (...)”

Destarte, considerando-se que a conduta perpetrada pela licitante é de média gravidade, a penalidade aplicável deverá ser aquela prevista nos incisos II e III do art. 87, da Lei 8.666/93.

Diante do que nos autos consta, decido pela aplicação de penalidade a empresa Ultramar Importação LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.571.010/0001-89, por ter inadimplido com a PMSC no contrato 147/2020, ao qual firmou compromisso de entregar coletes modular para uso exclusivo das equipes do BOPE. Logo a empresa descumpriu a cláusula 5ª do contrato, estando sujeita as penalidades contratuais e legais.

Fixo a pena pecuniária em 10% sobre o valor do contrato inadimplente, qual seja o valor de R\$ 3.707,25 (três mil setecentos e sete reais e vinte e cinco centavos), com força na cláusula 8ª, alínea b do contrato, bem como a suspensão temporária de participação em

licitação e impedimento de contratar com esta Administração pelo prazo de 03 (três) meses, firmado no inciso III, alínea e da referida cláusula. A pena de suspensão será contada a partir da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

**Determino à Seção de PAIC:**

Publique a decisão em Boletim Interno da DALF;

Publique a decisão no DOE;

Intime a Empresa da presente decisão, concedendo prazo de 05 dias úteis para recurso hierárquico;

Decorrido o prazo do item 3, sem manifestação, certifique nos autos e expeça a guia de depósito identificado, para pagamento da multa pecuniária em 30 dias;

Decorrido o prazo do item 4, sem o pagamento da multa, requeira a inclusão da empresa no Cadastro de Dividas Ativas – CDA;

Tramitem os autos para a Divisão de Contratos para que seja executado a rescisão contratual.;

Cumprido o item 6, retorne os autos para Seção de PAIC.

Florianópolis, 10 de setembro de 2023.

André Cartaxo Esmerado  
Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 943941

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

Processo SGP-e PMSC 30192/2023

**DECISÃO**

Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado para investigar a possível inadimplência da empresa MISERVI ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO LTDA, CNPJ nº 79.391.157/0001-45, com base na documentação encaminhada pelo fiscal do contrato nº 409/PMSC/2022.

Por meio do Ofício PMSC 32867/2023 (pág. 02/05), o Comandante do Colégio Militar – Unidade Laguna apontou diversas irregularidades possíveis na execução do contrato, a saber:

1. Falta de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e referentes aos FGTS.
2. Não pagamento do reajuste do vale-alimentação, conforme a convenção coletiva 2023/2023.
3. Atraso no pagamento dos salários de março de 2023.
4. Não pagamento da diferença salarial referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2023, de acordo com a Convenção coletiva.
5. Pagamento de salário inferior a uma das colaboradoras sem justificativa.
6. Falta de pagamento de insalubridade para as colaboradoras que atuam como cozinheiras,

As páginas 44 a 48 incluem cópias das notificações enviadas pelos fiscais do contrato à empresa. Nas páginas 51 a 64, foi anexado um laudo técnico das condições ambientais de trabalho - LTCAT 2022, que a empresa usou para justificar a não concessão da verba de insalubridade aos colaboradores que trabalham como cozinheiras. Nas páginas 73 a 88, o Soldado PM Rodrigo Reis - Auxiliar da Seção de PAIC, solicitou à empresa esclarecimentos sobre as divergências encontradas no LTCAT. Na página 89, o Sr. Diego Alonso respondeu aos questionamentos, alegando que o grupo de cozinheiras executa atividades salubres.

Em resposta às perguntas formuladas, o Sr. Renan Rosset Moreira, Jurídico da empresa, enviou um e-mail com o LTCAT atualizado, assegurando que o novo documento resolveu os problemas apontados no Ofício enviado pelo Auxiliar da Seção de PAIC.

Entre as páginas 113 e 143, o fiscal do contrato encaminhou um LTCAT assinado pelo Médico do Trabalho Roberto Hamada, solicitado pela APP do Colégio Militar de Laguna.

O Auxiliar da Seção formulou novas perguntas ao Jurídico da empresa entre as páginas 144 e 146, que foram respondidas por Sr. Diego Alonso, Técnico em Segurança do Trabalho, nas páginas 155 e 156. Após esclarecimentos considerados necessários, o Sr. Coronel Diretor da DALF emitiu a Portaria de abertura do PAIC na página 157. A empresa foi formalmente intimada para apresentar defesa prévia e indicar provas na página 158.

A defesa prévia foi anexada às páginas 165 a 171, na qual a empresa pleiteou o arquivamento do processo, alegando que as irregularidades foram resolvidas e que as questões relacionadas ao LTCAT foram sanadas. Após análise da defesa prévia, o Auxiliar da Seção, nas páginas 172 a 174, em um despacho fundamentado, solicitou novos esclarecimentos à empresa no prazo de 5 dias úteis. O jurídico da empresa solicitou uma prorrogação de prazo por mais 5 dias úteis, que foi concedida.

Em 17 de agosto de 2023, o Sr. Renan, Jurídico da empresa, solicitou o cardápio servido no Colégio nos últimos 30 dias. No mesmo dia, o pedido foi indeferido, pois não estava relacionado

ao fato sob investigação nos autos.

A Sra. Josiane Rode Goetten de Lima, entre as páginas 180 e 191, apresentou uma nova manifestação, requerendo o arquivamento do processo. Entre as páginas 230 e 231, foi tomado o depoimento do Médico do Trabalho Lucemar Palhano Prestes, o profissional que supostamente assinou os LTCATs fornecidos pela empresa sob investigação.

É o breve relatório.

A Administração tem o poder-dever de fiscalizar o contrato. Para tanto deve ser nomeado formalmente um fiscal para verificar a sua correta execução. Não cabe aqui juízo de oportunidade e conveniência do gestor em nomear ou não o fiscal. Esse é o entendimento pacífico na TCU.

A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos. [TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário] Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara]

Partindo dessa premissa, o servidor público nomeado para exercer a função de fiscal de contrato público tem a obrigação legal, sob pena de responsabilização, de notificar sempre que entender que a contratada está descumprindo com suas obrigações. E ainda mais, se verificada possível irregularidade, o fiscal deve encaminhar o fato a quem de direito para analisar e, se for o caso, instaurar o procedimento apuratório/sancionador.

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de uma inadimplência/descumprimento contratual, não é um ato discricionário, é um poder-dever.

Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma inadimplência/descumprimento contratual, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis.

Corroborando com o que foi dito, a Lei n. 8.666, de 1993 traz vários dispositivos que impõem ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a Lei ou o contrato, dos quais é possível citar alguns importantes cuja base legal está disposta nos art. 41, 76, 77, 81, 86, 87, dentre outros. Além do dever já mencionado, o contrato ora apurado é de terceirização de serviço, cabendo cuidados redobrados na fiscalização, para que em decorrência da inobservância do dever de fiscalização, não venha no futuro a Administração Pública não seja responsabilizada subsidiariamente.

O Supremo Tribunal Federal definiu que a mera inadimplência da empresa prestadora de serviços não deve transferir para a administração direta, indireta e fundacional, a responsabilidade pelo pagamento das verbas trabalhistas. Todavia, havendo omissão da Administração Pública na fiscalização dos contratos, há ensejo para a responsabilidade subsidiária.

Sendo assim, a instauração do presente processo tem por finalidade não somente apurar o possível inadimplemento, como também, salvaguardar a Administração Pública de possível responsabilização subsidiária.

Feitas essas considerações, passo a analisar as inadimplências. A empresa, em suas manifestações, alega que as irregularidades apontadas pelo fiscal do contrato foram devidamente sanadas. Entretanto, isso, por si só, não é suficiente para extinguir a inadimplência contratual ora existente.

O representante da empresa afirma que as notas fiscais foram liquidadas, e, de fato, elas foram. No entanto, o pagamento não exclui a responsabilidade da empresa, uma vez que o contrato prevê o envio mensal dos documentos elencados na cláusula quinta do contrato 409/2022, firmado entre as partes. A verdade é que a liquidação das notas fiscais sem o devido cumprimento das obrigações impostas à contratada é uma mera falha por parte do fiscal do contrato, mas não se pode em hipótese alguma afirmar que tal omissão é suficiente para excluir eventuais inadimplências perpetradas pela contratada. Além disso, conforme os documentos apresentados nos autos, a empresa enviou as documentações em atraso, o que demonstra sua inadimplência contratual.

Além das inadimplências apuradas no curso do processo, foi constatada uma situação mais grave: a falsificação de documento. No dia 7 de março de 2023, às 16:40 horas, a senhora Thayse Pereira enviou, por meio do endereço de e-mail gerenciadubaraao@empresasminister.com.br, um arquivo em PDF intitulado “LTCAT – Escola Militar Laguna 23”. Esse documento estava assinado pelo médico do trabalho Lucemar Palhano Prestes - CRM 10176/SC e pelo Técnico de Segurança do Trabalho Diego Alonso Diegues Gomes Silva - Registro n. 0006220SC.